

**DA IGREJA AO SINDICATO:
A TRAJETÓRIA DO NOVO SINDICALISMO EM FRANCA-SP*****FROM CHURCH TO SINDICATE:
THE TRAJECTORY OF THE NEW SINDICALISM IN FRANCA-SP*****Tito Flávio Bellini Nogueira de Oliveira¹****RESUMO**

Este trabalho analisou o surgimento do chamado *novo sindicalismo* em Franca-SP, na categoria dos operários calçadistas, a partir de um retrospecto da constituição histórica do setor industrial e do movimento sindical sapateiro, até o desenvolvimento de suas relações com a Igreja e, em particular, com a Pastoral Operária. Foi realizada ainda uma breve comparação entre o perfil sindical adotado antes e depois da chamada *virada sindical*, sendo o anterior mais conciliador e assistencialista, e o segundo mais combativo, e classista.

PALAVRAS-CHAVE: Novo sindicalismo; operários calçadistas; pastoral operária.

ABSTRACT

This paper analyzes the emergence of the so-called new syndicalism in Franca-SP, in the category of footwear workers, from a retrospective of the historical constitution of the industrial sector and the shoe-making movement, to the development of their relations with the Church and, in particular, with the Pastoral Worker. A brief comparison was made between the union profile adopted before and after the so-called trade union turn, the former being more conciliatory and assistentialist, and the second more combative, and classist.

KEYWORDS: New syndicalism; footwear workers; worker pastoral.

INTRODUÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados (STIC) foi fundado em 1940 com o nome de Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, sendo reconhecido oficialmente apenas em 1941. Somente em 1982, com a vitória da Chapa 2 nas eleições daquele ano para a diretoria, é que o Sindicato adotou uma postura sindical mais agressiva e combativa, inspirado no *novo sindicalismo* nascido no ABC, abandonando sua postura anterior modelada no trabalhismo varguista.

¹ Universidade Federal do Triângulo Mineiro - thistoriador@yahoo.com.br

Este trabalho analisou o processo de introdução do *novo sindicalismo* no movimento sindical francano com a vitória da oposição na eleição para a diretoria do STIC, em 1982, mostrando as propostas deste novo modelo sindical.

Sobre a documentação pesquisada, cabe indicar, no STIC: livro ata de instalação de trabalhos eleitorais; livro ata das mesas coletoras itinerantes; livro ata de posses; livro ata de reuniões da Diretoria; fotografias; Boletins “O Sapateiro”.

No Museu Histórico Municipal foram levantadas notícias dos jornais “Comércio da Franca”, “Diário da Franca”, e “Diário da Tarde”.

O entrevistado Nelson Fanan ainda cedeu os seguintes documentos: Jornal “O Aviso da Franca” da semana de 15 a 21/08/77; Boletim “Hora Extra” número 30 (janeiro de 81); Boletins “O Sapateiro”; Textos bíblicos da Pastoral Operária; Boletins de campanha para reeleição da chapa em 1985; Tese do I Congresso dos Sapateiros de Franca; Panfletos diversos.

A Virada Sindical em Franca

A principal via de povoamento da região de Franca foi a “Estrada dos Goiazes”, feita no fim do século XVIII. Franca foi então formada como entreposto de abastecimento do Brasil Central. Com a exploração da mineração na região, especialmente o ouro, os rebanhos de muares ganharam grande importância, pois eram usados como meio de transporte e fornecedores de couro. Franca se beneficiou da condição de entreposto, com a fixação de pessoas que trabalhavam com o couro, o que foi ganhando destaque na região.

O declínio da mineração no início do século XIX favoreceu a introdução do cultivo de café, que rapidamente cresceu e ganhou importância, absorvendo trabalhadores disponíveis e atraindo imigrantes para uma região de terras férteis. A Ferrovia Mogiana chegou a Franca em 1887, junto com a instalação do primeiro curtume. Na primeira década do século as condições para o início da industrialização em Franca já estavam dadas. O surgimento de artífices autônomos se deu pela existência anterior de uma base artesanal secular de trabalho coureiro na região (seleiros, sapateiros, coureiros, etc.). A procura pelos produtos então produzidos era alta, principalmente pelos seus famosos sapatões rústicos e resistentes.

Até a década de 30 perdurou o trabalho manual, mesmo com a introdução da maquinaria no início do século XX. As falências prejudicaram o proletariado, porém acabaram por favorecer o desenvolvimento industrial francano, especialmente entre

1900-1904 e 1920-1924, na medida em que deixava um maquinário existente e força de trabalho especializada desvalorizada, que montava bancas próprias ou se associava ao capital.

A primeira grande fábrica foi a Calçados Jaguar, fundada em 1921 por Carlos Pacheco de Macedo. Em 1924 ela faliu em decorrência da grave crise no mercado, ocorrendo um retrocesso tecnológico que durou mais de 10 anos, num retorno à produção manual. Consequentemente ocorreu uma queda da qualidade do produto para poder enfrentar os preços da concorrência, ocasionando queda na procura que durou até por volta de 1936, quando alguns empresários optam pelo risco de investimento em maquinários como forma de restabelecer a qualidade do produto e aumentar a produção. Isto se deu até a II Guerra Mundial, quando diminuem as importações de maquinários. A procura, entretanto, aumentou consideravelmente.

Após 1945 a indústria de calçados é uma realidade em Franca, mais um negócio rentável na economia brasileira. Sua característica é a de conservar a habilidade do processo artesanal de fabricação com a produtividade proporcionada pelos novos maquinários. (DOMINICI, 1988, p.18)

Miguel de Sábio Mello, fundador da indústria SAMELLO, introduziu o ‘mocassim’ na indústria francana, revolucionando a produção de calçados em 1947 e dando início ao processo de terceirização no setor, uma vez que a costura do calçado era feita manualmente por costureiras que trabalhavam em casa, dando origem às ‘bancas de pesponto’, utilizadas em larga escala nos dias atuais.

As indústrias de Franca absorveram trabalhadores que, com a crise do campo, foram para a cidade tentar nova sorte. Com a não exigência de qualificação, essas pessoas eram admitidas com baixos salários. Mesmo as indústrias com técnicas mais aperfeiçoadas exigiam trabalhadores no máximo semiqualeificados. Na década de 50 houveram a consolidação e a multiplicação das indústrias em Franca.

(...) Tal surto industrial local está embutido no fenômeno brasileiro da expansão industrial, pós-II Guerra Mundial, ocasionado pelas facilidades do crédito e poupança interna do país, bem como pela ampliação do mercado consumidor, favorecido pela abertura de rodovias e substituição das importações. O processo evolutivo da indústria francana tem como marco de expansão a década de 60, ocasião em que se estruturou um parque industrial local, formado basicamente por pequenas indústrias. (CANOAS, 1993, p.50)

Em Franca os sindicatos surgem no pós-30, por iniciativa de operários de ramos distintos, adaptados à legislação varguista e lutando por melhores salários. Antes disso já haviam sido fundadas entidades de representação operária, como foi o caso da União Operária de Franca, fundada em 1909 e com uma atuação obreirista, assistencial. Após a I Guerra Mundial surgiu a Associação Beneficente do Trabalho, para organizar o proletariado francano na tentativa de superação das crises daquela época. Com a revolução de 30 surgiu a Federação Trabalhista de Franca, que levou ao surgimento dos sindicatos locais.

A criação dos sindicatos na cidade coincide com as medidas impostas pelo governo do presidente Getúlio Vargas, as quais visavam o seu atrelamento ao Estado. A atuação destes sindicatos foi, então, marcada pelo modelo corporativista, com poucos associados e com o predomínio das ações de assistência social. Tal modelo, inspirado na 'Carta Del Lavoro' (1927) de Mussolini, e implantado no Brasil por Getúlio Vargas na década de 30, pregava a paz social e a colaboração de classes. Toda a estrutura sindical foi determinada pelo Estado, e sua ação deveria ser de colaboração, em busca da harmonia. (CANOAS, 1993, p.32)

O fundador do STIC foi Luiz Magrin, getulista que comandou o sindicato por mais de 10 anos, tendo fundado também o diretório do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Franca. Com uma atuação conciliadora e pacífica, sem a realização de greves e, embora não sendo o presidente, mas sim o tesoureiro, era ele quem dava a orientação política no Sindicato. A fundação se deu por um impulso 'bairrista' de Magrin e outros operários numa negativa à tentativa do Sindicato de Ribeirão Preto para associar trabalhadores francanos, como fica claro neste depoimento prestado a Dominici:

O movimento começou em 1933. Nós trabalhávamos na fábrica Spessoto e então surgiu uma turma do sindicato de Ribeirão Preto, querendo angariar sócios para o sindicato deles (...) Eu fui e falei assim: 'O senhor vai me desculpar uma coisa, aqui ninguém vai ser sócio do seu sindicato.' Porque eu tinha uma certa liderança, entende? Até certa confiança, porque o pessoal tinha confiança comigo; então eu falei pra esses sindicalistas: 'Aqui ninguém vai ser sócio do seu sindicato'. Ele disse: 'Por que?' 'Porque nós vamos fundar o nosso próprio sindicato.' (...) (DOMINICI, p.32)

Magrin não conseguiu reunir o número de trabalhadores necessários para a fundação do Sindicato, sendo necessário englobar também os curtumeiros, alguns dos quais já eram associados ao Sindicato de Ribeirão Preto. Reconhecido a 07 de abril de 1939, o Sindicato do Trabalhador em Couro dividiu-se no ano seguinte, formando-se

então uma Associação de Sapateiros que seria, a 23 de abril de 1941, reconhecida como Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Franca. Nesses dez anos sob o controle de Magrin, o STIC contou com somente 584 trabalhadores sindicalizados.

Nesse período o governo favoreceu a formação de sindicatos no Brasil através de uma política de incentivos que visava um maior controle sobre a classe trabalhadora. Um exemplo dessa política governamental é o decreto 22.132 de 25/11/32, estabelecendo que apenas os trabalhadores sindicalizados poderiam reclamar às Juntas de Conciliação e Julgamento e que a convenção coletiva dos sindicatos só seria aplicada aos trabalhadores sindicalizados.

Após o fim da II Guerra Mundial se iniciou um movimento democrático contra Vargas, que legalizou o PCB. Com a queda de Vargas o movimento operário iniciou um período de mobilizações e greves. Dutra, pressionado pelos EUA, cassou em 1946 o mandato dos parlamentares do PCB e recolocou o partido na ilegalidade em 1947, fechando também a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB).

Mesmo a partir de 1945, com o final da II Guerra Mundial e do ‘Estado Novo’, o Sindicato de Franca não era uma entidade reivindicatória dos interesses operários. Ao contrário, manteve sua linha de atuação conciliadora, defensora da ‘política da paz social’ e negando, na prática, a luta de classes. Em 1950 o Manuel Silveira, também getulista e fundador do PTB em Franca, assumiu o controle do Sindicato, mantendo, entretanto, a mesma linha de atuação já empregada, ou seja, limitada a questões burocráticas e assistencialistas. Ele permaneceu no Sindicato por 16 anos, quando Cristiano Roberto Pimenta assumiu como presidente de uma Junta Governativa indicada pelos militares, até 1967. Pimenta, membro da ARENA local, volta à diretoria em 1970, sendo eleito presidente do Sindicato em outubro de 1973, cargo que ocupou até a vitória da oposição em 1982. Sua atuação era semelhante a das diretorias anteriores.



Figura 1: Vista parcial de uma fábrica de calçados nos anos 80.

A Igreja Subversiva

Iniciado em 1979, embora somente oficializado em 1982, o processo de formação de uma Pastoral Operária ocorreu na Paróquia de São Benedito (*figura 4*), bairro Boa Vista, sob as orientações do Pe. José Garcia Netto, o Pe. Juca (*figura 3*), e de Gilson Rodolfo Martins, um prof. de História e militante da Pastoral Operária, oriundo do ABC de São Paulo. Este embrião de Pastoral Operária se iniciou um pouco antes, pelo trabalho do Pe. Juca, que chegou à Paróquia em maio de 1968. Ele estimulou os operários da paróquia a se organizarem, porém sem trabalhar especificamente com o movimento sindical, e apoiado no posicionamento oficial da Igreja Católica na América Latina, de opções preferenciais pelos pobres. Isso fez com que contasse com a simpatia dos trabalhadores francanos e tornasse a Comunidade de São Benedito como uma das mais dinâmicas da Igreja em Franca.

Algumas pessoas desse grupo foram os operários Anivaldo de Paula Oliveira, Nelson Fanan, Fábio Cândido da Silva, Jairo Ferreira, Hélio Aparecido B. Rodrigues, Antonio Vitor de Oliveria, Rubens Facirolli, Jorge Luis Martins e o próprio Pe. Jerônimo Francisco de Souza, que sucedeu Pe. Juca na Paróquia de São Benedito. Nelson Fanan relata a fundação da Pastoral Operária:

A Pastoral Operária foi o seguinte. O Gilson e o padre Juca falaram: “Oh, aqui tem muito sapateiro, muito operário, principalmente sapateiro. Vocês precisam convidar e começar a conversar com esses operários aí, baseando na bíblia, baseando naquela... Evangelho de Puebla que é muito assim aberto, e foi assim. E começamos a conversar dessa situação: situação política, regime

militar e então na Pastoral Operária nós começamos a descobrir mais coisas. As torturas que estavam meio encoberto, tortura, é, nós ficou sabendo de livros que foi escrito.(...) Nós tínhamos uma sala lá no fundo da paróquia. Nós não podia se expor não, porque falava em política, falava em direito dos trabalhadores. Isso daí não podia falar muito isso não. Tava muito fechado, tava muito perseguido, aí todo mundo que você via, todo mundo calado. Só a Pastoral que estava ali falando, abrindo o olho.²

Com a crença em um Cristo libertador, que veio para subverter a ordem e libertar os oprimidos, este grupo, formado majoritariamente por sapateiros, estabeleceu como meta a conquista do STIC através de uma chapa de oposição, com trabalho e organização de base, numa tentativa de transformá-lo num instrumento reivindicatório dos trabalhadores.

A Pastoral Operária reunia-se uma vez por semana na Cabana de São Benedito (*figura 2*) para discutir questões do mundo do trabalho, como sindicato, salário, emprego, além de estudos históricos sobre a classe operária. A ação sindical também era tema das reuniões, bem como a estrutura dos sindicatos. No início o grupo manteve-se um pouco escondido, antes de se oficializar o trabalho pastoral, mas com a determinação do grupo em montar a oposição sindical esse grupo teve que abrir-se e tornar-se presente e ativo na sociedade francana e, principalmente, no meio operário.

De um modo geral discutia-se, sempre apoiado em textos bíblicos, a necessidade da organização e da luta dos trabalhadores contra a exploração, além de se assumir como sujeito histórico, capaz de transformar a realidade que o cerca. No início as reuniões eram anotadas em Livro Ata, porém o medo da repressão fez com que logo o abandonassem, não havendo quase nenhum registro dessas reuniões.

A oficialização da Pastoral Operária e a formação da Chapa 2 foram precedidas de um amplo trabalho de discussão com os trabalhadores, com estudos bíblicos e políticos, inclusive com análises marxistas, sob orientações do prof. Gilson e do Pe. Juca, substituído pelo Pe. Jerônimo Francisco de Souza em 1981. Os convites para a participação e a divulgação do grupo eram feitos principalmente nas missas, numa convocação à transformação social.

Jerônimo F. Souza descreve assim o processo de abertura da Igreja às lutas dos trabalhadores e o surgimento da idéia da Chapa 2:

² Depoimento de Nelson Fanan prestado ao autor no dia 22 de setembro de 1998 na sede da Associação dos Sapateiros Aposentados de Franca.

Olha, é exatamente, em 82, surgiu a partir do processo de sofrimento e de abandono que existia, dentro da visão nossa daquela época, de os trabalhadores não se sentiram representados. Nós tínhamos acompanhado o trabalho daquela época, e a gente sentia que a chapa na época não representava os trabalhadores e a forma foi, conforme eu te disse, a partir de um trabalho que já existia no estado de São Paulo, da Igreja Católica que escolheu como prioridade a Pastoral Operária para dar, vamos dizer assim, uma assistência à classe trabalhadora. Isso existia em todo o Estado de São Paulo, esse trabalho, principalmente esse trabalho incentivado pelo Dom Paulo Evaristo Arns, que era o cardeal, que era o cardeal de São Paulo, na época, já na época já era ele o cardeal e que ele incentivou em todo o Estado de São Paulo que a Igreja abrisse as suas portas à classe trabalhadora, por causa da repressão, na época. Porque a classe trabalhadora não tinha lugar para se organizar e aí a Igreja resolveu abrir-se para a classe trabalhadora para que ela pudesse organizar dentro da Igreja, para ela se ver livre, vamos dizer assim, para se defender um pouco da repressão da época.³

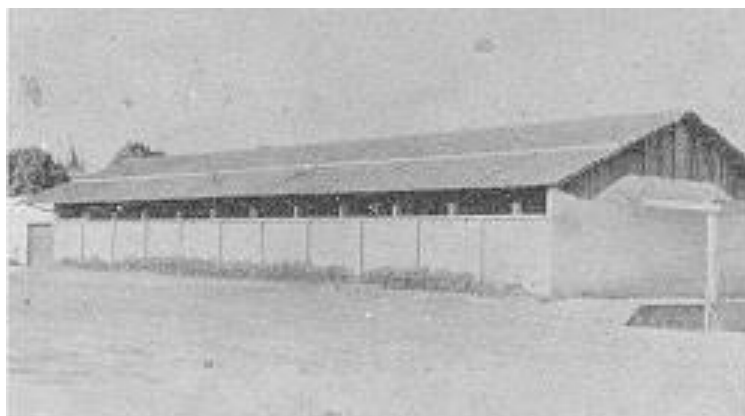


Figura 2: Cabana de São Benedito, local das reuniões da Pastoral Operária.



Figura 3: Comemoração do aniversário de Pe. Juca, realizada na Cabana São Benedito.

³ Depoimento de Jerônimo Francisco de Souza prestado ao autor no dia 22 de setembro de 1998 na sede do Sindicato dos Servidores Municipais de Franca.



Figura 4: Igreja de São Benedito, no Bairro Boa Vista.

Os trabalhadores não viam, em 1982, o STIC como um instrumento próprio de luta, mas como sinônimo do dedurismo, uma vez que os trabalhadores eram constantemente entregues aos patrões quando iam ao Sindicato reivindicar seus direitos. As assembléias eram, por isso, sempre esvaziadas. Fábio Cândido da Silva, candidato a presidente do STIC pela Chapa 2, descreve a atuação das diretorias anteriores do Sindicato:

De 82 para trás o Sindicato ele fazia mais o jogo o patrão. A diretoria que lá estava eles não tinham consciência do papel do sindicato, então realmente era um pessoal que tinha uma visão de pelegos mesmos. Por que não organizavam, não mobilizavam (...) Então o sindicato nada mais era que um escritório para fazer homologação de trabalho e dar algumas informações para o trabalhador, mas aquelas informações básicas de direito da CLT. E quando o trabalhador ia fazer alguma reclamação das empresas era muito comum esse trabalhador ser dedado nas empresas e esse trabalhador muitas vezes até perder o emprego, porque era dedurado pela diretoria. A diretoria tinha algumas relações com pessoas ligadas a setores reservados da polícia de Franca e era até comum inclusive nas assembléias que eles chamavam ter policiais à paisana para ver como se desenrolava a assembléia. Inclusive uma vez nós tivemos que exigir que os policiais que estivessem presentes se retirassem. (...)⁴

O Sindicato tinha uma postura assistencial e paternalista, ou seja, não polarizava sua atuação no âmbito do conflito capital-trabalho, mas ao inverso, na negação desse conflito e adotando uma prática conciliadora com esse capital. Os pontos de ligação com os trabalhadores eram estreitos. Algumas pessoas entrevistadas chegaram a

⁴ Depoimento de Fábio Cândido da Silva prestado ao autor no dia 03 de novembro de 1998 na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados do Município de Franca.

compará-lo a um ambulatório, com vários dentistas e médicos, além de barbeiros, entre outros serviços prestados.

As campanhas salariais eram realizadas sem a participação dos trabalhadores, sendo os acordos fechados diretamente pela diretoria, sem consulta aos trabalhadores, e sempre ‘dentro do possível’, uma vez que, no limite, eles eram contra a realização de greves.

Jerônimo F. de Souza, que foi sapateiro naquele período, antes de se sagrar padre, descreve assim o STIC antes de 1982:

(...) eu posso dizer um pouco disso porque eu era sapateiro inclusive, antes de entrar na Igreja, quando eu estava dentro da fábrica, o Sindicato para nós era o local onde a gente cortava o cabelo, tratava de dente, mas nunca fui convocado, nunca me lembro, do período que eu fiquei sete anos trabalhando de sapateiro, nunca me lembro que o Sindicato tivesse convocado para uma assembléia por exemplo. Para discutir salário, na época de campanha ... na época que o sindicato sentava, simplesmente o presidente do Sindicato e alguns membros da diretoria iam até na fábrica, nas fábricas e combinava o salário. E a maioria das negociações era feita dentro da própria fábrica, de aumento de salário. Eu me lembro que eu participei de muita negociação direta com o patrão, a presença do Sindicato era praticamente inexistente.⁵

Não havia um periódico que levasse aos sapateiros as informações relativas ao mundo sindical. Os boletins que eram entregues nas fábricas eram em sua maioria da Pastoral Operária de São Paulo, como por exemplo o *Hora Extra*, e tinham uma linha agressiva e reivindicatória, fazendo uma discussão política do mundo do trabalho. A Pastoral também distribuía panfletos em datas especiais como o 1.º de maio, organizando atos públicos e missas de protesto, e, dessa forma, resgatando o sentido original da comemoração do primeiro de maio.

A influência maior e a referência para os operários de Franca eram os movimentos grevistas do ABC e o *novo sindicalismo*. A relação entre a P.O. e o *novo sindicalismo* foi o maior fator gerador de confiança nesse movimento. Jorge Luis Martins, membro da chapa 2, confirma isso:

A influência principal, vamos dizer assim, foi do ABC, foi dos metalúrgicos do ABC. Essa é a principal. E da Oposição Metalúrgica de São Paulo. Porque nessa época, embora já existiam grandes discussões, e a discussão central já era se vamos romper ou não com a estrutura sindical, esse foi o motivo que não saiu uma central unitária em 1983 (...) Nos fizemos parte da discussão, mas nós já tínhamos lado, não por causa que nós tínhamos

⁵ Depoimento de Jerônimo Francisco de Souza, op.cit.

concordâncias ideológicas e programáticas, vamos dizer assim, porque o nosso conhecimento e acesso na época ainda era pequeno, mas porque nós tínhamos afinidade. Era mais por afinidade porque nós vivíamos nos meio desse pessoal, que participava no ABC e em São Paulo, e que era da Pastoral... Nossa referência era a Pastoral. Onde a Pastoral fosse a gente ia atrás. Naquele momento a referência era muito mais a Pastoral Operária, e só ela, quer dizer, não tinha essa grande discussão teórica, dos caminhos, etc, pra nós.⁶

O contato com o ABC era constante, com a realização de palestras e seminários, com a vinda de dirigentes pastorais e sindicais do ABC e São Paulo, bem como a divulgação de boletins e informativos, numa ampla discussão com a categoria. A ligação ABC - Franca já estava consolidada.

A situação de exploração da categoria foi o fator determinante para canalizar a ação do operariado francano no sentido de renovar sua entidade de representação e de participar mais ativamente do movimento sindical. Os salários eram baixos, a carga horária alta, os direitos mínimos discriminados na CLT não eram respeitados, não recebiam hora extra, além de os operários serem mal tratados pelas chefias, que tinham como principal função a repressão aos trabalhadores, aplicando suspensões e advertências aos ‘subversivos’

Os “Comunistas” da Paróquia São Benedito

A formação da chapa da oposição encontrou diversas dificuldades. O núcleo principal da Pastoral Operária, que se reunia regularmente na Cabana São Benedito e tinha uma postura ideológica um pouco mais consolidada, era constituído por dez pessoas aproximadamente, o que não era suficiente para a composição da chapa.

Facilitado pelas discussões feitas em fábricas pelos membros da Pastoral, outros operários se engajaram na oposição, muitas por laços de amizade e confiança, mas sem uma definição político-ideológica clara. O medo dos trabalhadores era muito grande, pois haviam fortes perseguições e pressões de todo o tipo, por parte dos patrões, do Governo, das alas conservadoras da Igreja e, muitas vezes, até dos próprios familiares. Alguns membros da chapa se conheceram apenas na semana em que ela foi montada.

Registrada a chapa e comunicada às empresas, as pressões aumentaram, com ameaças de demissões pelos patrões, que permitiam que a diretoria de então do

⁶ Depoimento de Jorge Luis Martins prestado ao autor no dia 20 de setembro de 1998 na residência do entrevistado.

Sindicato, entrasse nas fábricas para pressionar os trabalhadores e apontar os ‘perigos’ de uma eventual vitória da Chapa 2. As ameaças de morte e as prisões eram constantes.

Foram necessárias muitas conversas e orientações, com a participação inclusive de lideranças do ABC e de São Paulo, para acalmar alguns integrantes da Chapa 2 e consolidar a disputa. Uma dessas pessoas e talvez a mais importante, era um sindicalista do ABC chamado Toshio, que assumiu, a partir da impugnação de alguns nomes da chapa, um papel de assessor do grupo e, posteriormente, do Sindicato. Ele tinha uma formação ideológica mais consolidada, tendo sido, inclusive, integrante da organização de esquerda Política Operária (POLOP); entretanto ele não participou do processo inicial de discussão com o grupo formador da chapa.

As condições da disputa eram difíceis, pois os membros da Oposição não tinham nenhuma estrutura à sua disposição, enquanto Cristiano Pimenta tinha, além da estrutura do Sindicato, o apoio dos patrões. Os recursos da oposição advinham do próprio salário dos trabalhadores e também da Igreja e eram destinados à realização de palestras, seminários bem como para material de campanha (segundo Jerônimo F. de Souza, a casa paroquial se transformou tanto num hotel, para hospedar as lideranças que vinham dar orientações e cursos, como numa gráfica, para fazer os boletins).

Outro grande obstáculo era de ordem jurídica. A então diretoria do Sindicato conseguiu a impugnação de 12 nomes da Chapa 2, que só participou do pleito dos dias 25, 26 e 27 de agosto de 1982 através de medida liminar obtida junto à justiça.

A notícia do jornal “O Diário da Franca” de 24 de agosto deixa claro que o que estava em disputa naquela que seria a maior eleição até então realizada pelo Sindicato era o modelo sindical a ser implementado, uma vez que um pautava-se na manutenção do modelo até então empregado, assistencial e ‘apolítico’, e outro, sustentado no caráter reivindicatório, optando por um sindicalismo de massas e livre da tutela estatal, ou seja, *o novo sindicalismo*:

(...) 3.355 COM DIREITO A VOTO. Pela campanha que ambas as chapas desenvolvem visando sensibilizar os 3.355 associados com direito ao voto, admite-se que o pleito desse ano será um dos mais disputados nestes 41 anos de existência da entidade (...) Certo de que assegurará uma nova vitória sobre seus opositores, Cristiano Pimenta aproveitou para refutar com veemência acusações que partiram dos adversários, admitindo que o radicalismo ‘do políticos petistas’, será simplesmente ignorado pelos trabalhadores. ‘Querem - referindo-se ao presidente local do PT - aplicar em Franca os sistemas adotados no ABC, inclusive ameaças de greve. Isso é simplesmente impossível, mesmo porque, com diplomacia, temos sempre conquistado vantagens junto aos patrões.’ Ele lamenta também, a

participação de um político - Fábio Cândido é o presidente do PT - nos problemas de um sindicato de classe: 'Política, política, Sindicatos à parte' (...)⁷

O jornal do dia seguinte noticiou o primeiro dia das eleições, com críticas de Fábio Cândido, cabeça de chapa da oposição, à forma que o processo eleitoral estava sendo conduzido pela diretoria de então, pois esta não forneceu a lista de sócios e o trajeto das urnas itinerantes.

Ao final da apuração o resultado não deixou dúvidas: 1129 votos para a chapa 1, 1738 votos para a Oposição, com 452 abstenções, 55 votos nulos e 22 em branco. Este resultado expressivo garantiu a vitória à Chapa 2, que tomou posse dia 25 de outubro, como consta em Ata de Posse do próprio Sindicato. Com a derrota da situação, estes tentaram um embargo da posse junto ao Ministério do Trabalho, porém não obtiveram sucesso.

O Sr. Antonio Vitor, candidato a tesoureiro pela chapa de oposição, relata como foi o desenvolvimento do processo que culminou com a vitória de sua chapa:

Porque sempre tinha as eleições no Sindicato e sempre as pessoas formavam chapas, mas muitas vezes a chapa atual ela sempre falava nas cabeças dos colegas pra não votar naquela chapa. Mas quando nós fomos fazer a nossa chapa, que nós tivemos estudando (...) sobre leis trabalhistas, e foi tudo através de estudos que nós conseguimos. Porque muitas vezes o presidente atual falava assim: "Aquele grupinho lá de São Benedito, aqueles lá nunca vão ganhar de nós. Em casa mesmo, a minha família falou, a minha mulher falou assim pra mim: "Convém você desistir do Sindicato porque vocês não vão ganhar nunca dele. O Sindicato já tá com 17 anos na mão do Cristiano e você não vai ganhar dele o Sindicato. Ele vai ganhar lascado". Eu disse: "Ó minha velha, o negócio é o seguinte. Se é pra ganhar ou pra perder, eu tô na luta!" (...) E nós conseguimos.⁸

A Chapa 2 recebeu importantes apoios, tanto dentro como fora de Franca. O grupo apoiador da era formado pela Pastoral Operária de Franca, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo, Sindicato dos Bancários de São Paulo, Sindicato dos Marceneiros de Ribeirão Preto, e Sindicato dos Vidreiros de São Paulo, todos comprometidos com o *novo sindicalismo*, além da Oposição Metalúrgica de São Paulo e da Pastoral Operária Nacional.

⁷ Jornal O Diário da Franca, terça, 24 de agosto de 1982, p.03.

⁸ Depoimento de Antonio Vitor de Oliveira prestado ao autor no dia 21 de setembro de 1998 na sede da Associação dos Sapateiros Aposentados de Franca.

Outro importante apoio foi do movimento estudantil da Universidade Estadual Paulista, com a participação de alguns estudantes durante todo o processo, principalmente alunos do curso de Serviço Social. Auxiliaram tanto no caráter de formação política do grupo quanto no trabalho braçal da campanha, através de colagens, pichações, panfletagens e discussões com os operários nas fábricas. Chegou-se a montar ‘comitês eleitorais’ em algumas ‘Repúblicas’ de estudantes.

(...) Por exemplo, nós não tínhamos a prática, vamos dizer assim, o costume permanente de pichar rua, ou pichar muro. E nós íamos junto. Nós começamos a pichar rua e pichar muro com os estudantes. Colar cartazes, eles ajudavam a gente a distribuir boletins, então era um núcleo pequeno, mas era um núcleo importante, quer dizer, eles acabavam nos encorajando a ir junto. E eles tinham um método organizativo, quer dizer, eles por exemplo mapeavam a cidade, tipo região norte, sul, Santa Cruz, fábrica, enfim, nos ensinou muito a organizar um pouco o processo. Quer dizer, quais fábricas que nós vamos, quais já foram. Então nós montamos um comitê da chapa, basicamente na Igreja e nessa república desses estudantes, então nós organizávamos ali as fábricas, onde ia, quem ia aonde e fazia um comando operativo... onde tá tendo problema, aonde tem gente perseguida pra gente ir lá amanhã e poder falar pra companheirada, enfim. Então dava uma forma organizativa no processo. (...) Acabou sendo um operativo importante, na minha opinião, a participação desse pessoal, em função disso.⁹

As propostas tinham tanto um caráter geral, com a defesa da liberdade e autonomia sindical, jornada de 40 horas semanais, salário com cálculo do DIEESE, comissões de fábrica, contrato coletivo de trabalho, bem como local, como o melhor funcionamento do Sindicato e o combate ao saturnismo, intoxicação causada pelo chumbo contido nas tachas usadas na confecção de calçados. Segue o depoimento de Fábio Cândido:

Em 1982, em abril de 82, formamos uma chapa de oposição e essa chapa de oposição teve várias dificuldades prá concorrer, uma vez que a diretoria procurou, a diretoria que tava no Sindicato, procurou todas as formas impedir que a gente competisse. Impugnou doze membros da chapa, o que tornava a chapa impossibilitada de participar das eleições, então pra concorrermos às eleições, a gente entra com um mandato de segurança junto a Justiça Federal, para que pudéssemos ter o direito de participar e quando conseguimos esse mandato, a gente participou das eleições e ganhamos em primeiro lugar com maioria absoluta, porque já naquele momento, os trabalhadores sentiram necessidade de ter uma mudança.¹⁰

⁹ Depoimento de Fábio Cândido da Silva, op.cit.

¹⁰ ALCANTARA, A.C. de e PEDRO, V.B.C. *Um Velho Sindicato... Uma Nova Atuação*. Franca: UNESP-FHDSS, 1988, p.60 (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social).

Um Novo Sindicato

Após a vitória da Chapa 2, o STIC adotou uma visão política e de oposição, aproximando o Sindicato do trabalhador, abandonando sua postura antiga de conciliação e assumindo então um caráter classista e reivindicatório. Outro mecanismo de atuação foram os cursos de formação política, bem como as assembléias, onde o voto de qualquer trabalhador tinha o mesmo peso, passando estas a contar com um considerável aumento de participação da categoria.

O STIC, além da discussão econômica, salarial, se preocupou em mostrar que sindicato também discute política. Em outubro de 82 ocorreram eleições onde vários diretores apoiaram o Partido dos Trabalhadores, recém criado, elegendo um vereador.

A primeira campanha salarial (fevereiro de 1983) tem como slogan ‘Vamos Tirar o Sapato do Patrão’, que, se de um lado não avançou em conquistas no acordo coletivo, de outro serviu como experiência para uma categoria que, pela primeira vez, conduzia uma negociação tendo uma representação autêntica.¹¹

Em 1983 o STIC organizou atos públicos e panfletagem, com apoio dos militantes do PT, em favor da greve geral do dia 21 de julho, que paralisou 30% da categoria (mais de 6 mil trabalhadores), quando uma grande passeata mostrou a força do STIC renovado. (*figura 5*) O movimento seguiu de forma organizada, mesmo com a repressão e prisão de lideranças, momento em que o Pe. Jerônimo ocupou provisoriamente a coordenação do Sindicato após a prisão de alguns diretores.



Figura 5: Passeata de sapateiros grevistas em 1986.

¹¹ ROSA, R.L.B., *Educação Sindical e Organização de Trabalhadores: O “Sindicato dos Sapateiros” de Franca- SP*. Franca: UNESP-FHDSS, 1995, p.34 (tese de mestrado em Serviço Social).

Devido às fortes pressões disciplinares e hierárquicas da Igreja o Pe. Jerônimo abandonou a vida clerical alguns anos depois, ingressando no movimento sindical dos servidores municipais de Franca e tornando-se, posteriormente, presidente daquele Sindicato.

Em agosto uma delegação parte de Franca ao I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em São Bernardo, para a fundação da CUT sendo que Jorge Luis Martins, diretor do STIC, passou a fazer parte de sua direção nacional. Ainda em 1983 foi criado o boletim ‘O Sapateiro’, para ampliar o contato com as bases e servindo de órgão de denúncias dos sapateiros. A instituição de um boletim periódico mensal procurou levantar a discussão dos problemas relacionados ao mundo do trabalho, conquistando em pouco tempo o interesse dos trabalhadores.

Em setembro de 1984 ocorreu o I Congresso dos Sapateiros de Franca, estreitando ainda mais a ligação direta do Sindicato com os operários sapateiros. Neste Congresso discutiu-se a história do STIC, além de se aprofundar discussões como a situação dos trabalhadores e da estrutura sindical.

No ano seguinte ocorreu uma grande greve geral na cidade, quando muitas fábricas foram depredadas, instaurando um clima de guerra civil na cidade. O confronto com os patrões e com a polícia foi violento, com muitas prisões, cassação de alguns diretores, bem como a decretação de intervenção no Sindicato pelo Ministério do Trabalho. Neste momento o STIC sofreu uma devassa, com muitos documentos levados para São Paulo e nunca mais devolvidos. Foi necessária a intervenção do então Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que, após a referida devassa, suspendeu a intervenção no Sindicato e anistiou a diretoria.



Figura 6: Assembléia geral em frente ao STIC (fevereiro de 1985).

Naquele ano a diretoria conseguiu se reeleger (Chapa 1) com larga vantagem sobre a oposição, que contou com o apoio aberto do Sindicato Patronal e demais setores conservadores do movimento sindical e da sociedade francana, bem como de alguns setores ligados ao PC do B.

Em 1988 Fábio Cândido foi eleito vereador pelo PT , obtendo mais de 5 mil votos e se tornando o vereador mais votado na história da cidade por muitos anos. Dois anos depois, em 1990, ele abandonou o partido e o Sindicato por divergências políticas, rompendo com o processo que ele mesmo ajudou a desencadear em 1982.



Figura 7: Piquete realizado durante a greve de 1984.



Figura 8: curso de formação na sede do Sindicato em abril de 1983.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A origem de Franca no século XVIII como posto de abastecimento da região central do Brasil e a subsequente exploração da mineração na região, favoreceram o surgimento de rebanhos de muaras, que serviam como transporte de pessoas e de carga. A consolidação dessas criações levou ao surgimento de trabalhadores ligados ao couro, como seleiros, coureiros e sapateiros.

Com o desenvolvimento do cultivo de café no início do século XIX a demanda por mão-de-obra se acentuou, sendo suprida principalmente a partir de 1887, com a chegada da Ferrovia Mogiana a Franca, que facilitou a absorção de imigrantes nas plantações da região. Neste ano foi fundado ainda o primeiro curtume na cidade.

Até a década de 30 a principal característica da produção calçadista francana era o trabalho artesanal individual, quando foi introduzida a maquinaria nas indústrias locais.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Franca foi fundado em 1941, ou seja, no período de regulamentação das leis trabalhistas durante o Estado Novo de Vargas, sendo que até 1982 o STIC optou por um modelo sindical assistencial, paternalista e corporativista, inspirado na *Carta Del Lavoro*, de Mussolini. Seus fundadores e sucessores foram também fundadores do PTB em Franca, o que mostrou seu comprometimento com a estrutura corporativista sindical vigente, implementada durante o Estado Novo.

Sua atuação se pautava na negação do conflito de classes, estabelecendo a diplomacia como mecanismo de obtenção de melhorias para os trabalhadores. O Sindicato era tido como um instrumento estritamente econômico, cuja função era suavizar o conflito capital-trabalho, daí este modelo sindical também ser chamado 'pelego'.

Contrários a realização de greves, não organizaram a categoria dos sapateiros de Franca, nem realizaram trabalhos de conscientização e de formação política. A prática do 'dedurismo' fez com que, ao contrário, os trabalhadores se distanciassem cada vez mais do Sindicato.

O ressurgimento grevista brasileiro que teve início em 78, no ABC paulista, mostrou uma nova face do sindicalismo ao povo brasileiro, com reivindicações e gigantescas manifestações operárias. O *novo sindicalismo* passou a ser referência de luta e crítica àquela estrutura sindical atrelada ao Estado. Também introduziu a

discussão política no âmbito sindical, confrontando a idéia de que isso não era papel do Sindicato.

Apoiados principalmente pela Igreja, onde teve início este processo, através da Pastoral Operária, a vanguarda do *novo sindicalismo* em Franca preocupou-se em iniciar, anos antes da eleição de 82, um longo processo de discussão com a categoria, apresentando suas propostas, bem como o papel político fundamental que o Sindicato deveria assumir.

O descontentamento da classe trabalhadora frente à política econômica do governo era grande, o que favoreceu a receptividade deste novo modelo sindical, apesar de todas as pressões e ameaças.

Apesar dos inúmeros obstáculos que tiveram que ser superados, o *novo sindicalismo* venceu as eleições de 1982 com a chapa de oposição, e implementou uma significativa mudança na forma de atuação do Sindicato. Reeleitos em 1985, a agora ‘situação’ venceu todas as disputas seguintes, permanecendo até hoje na diretoria da entidade.

A ligação com os movimentos populares foi marca daquela nova diretoria, que procurou, através das campanhas salariais, assembléias e greves, mostrar aos sapateiros sua real condição de oprimido, desmascarando a farsa da *abertura* e mostrando o poder da união dos trabalhadores.

Para os Sapateiros de Franca, o que ocorreu em 1982 foi muito mais do que uma disputa pela diretoria do Sindicato. O que estava em disputa era o modelo sindical a ser adotado e o avanço na conquista de reivindicações, principalmente econômicas, para a categoria.

A maior parte dos operários sapateiros de Franca não tinha uma clareza acerca do modelo sindical a ser adotado pela oposição, que soube captar, catalisar e canalizar os anseios por mudança da categoria, ou seja, a vitória da oposição se deu principalmente pelo grau de insatisfação com as diretorias que se sucederam no Sindicato, cujas práticas e concepções foram, até então semelhantes.

Nas palavras de Nelson Fanan,

A mudança foi tão grande, a mudança foi tão grande que nós começamos aqui no Sindicato, a diretoria começou a dar cursos políticos de várias coisas de direito e foi, foi abrindo assim a cabeça, foi politizando mesmo, politizando mesmo, aí a coisa mudou, aí mexeu mesmo com Franca. A Franca mudou, mudou a história foi esse grupinho que eles tava falando que esse grupinho não ia virar nada. “Ah. Esse grupinho de São Benedito,

comunista, isso não vai virar nada”. A própria chapa antiga, o próprio Sindicato falava: “Não, isso daí não precisa ter medo disso não, isso aí não vira nada”. E foi o que mudou tudo, entendeu, mudou e cresceu mesmo.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, A. C. de e PEDRO, V. B. de Carvalho. **Um Velho Sindicato... Uma Nova Atuação.** Franca: UNESP-FHDSS, 1988 (Trabalho de Conclusão de Curso)

CANOAS, J. W. **Nas Pegadas dos Sapateiros.** Franca, UNESP/Prefeitura Municipal de Franca, 1993.

_____. **O Movimento Operário Sindical em Franca/SP: O STIC e a ação do Serviço Social.** SP: PUC, 1991, (Tese de Doutorado).

DOMINICI, Gilmar. **Sapateiros em Luta.** Franca: UNESP-FHDSS, 1988 (Trabalho de Conclusão de Curso).

ROSA, R. L. Benedeti. **Educação Sindical e Organização de Trabalhadores: O ‘Sindicato dos Sapateiros’ de Franca-SP.** Franca: UNESP-FHDSS, 1995 (Tese de Mestrado em Serviço Social).